

POLÍTICA HABITACIONAL E A EXPANSÃO URBANA DE LIMEIRA-SP, 1970-2010*

Álvaro de Oliveira DAntona
FCA/Unicamp
alvaro.dantona@fca.unicamp.br

Luis Paulo Rizardi
FCA/Unicamp
lprizardi@gmail.com

INTRODUÇÃO

A localização de conjuntos habitacionais públicos pode contribuir para a especulação imobiliária e para a expressão de outros problemas associáveis à expansão desordenada da mancha urbana?

O presente trabalho busca contribuir para essa reflexão através do estudo da distribuição dos núcleos habitacionais públicos (NHP) em Limeira-SP (FIGURA 1), ao longo do período 1970 e 2010, situando tais núcleos no quadro da expansão urbana do município.

Em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) foram sistematizados mapas e dados cadastrais – fornecidos pela prefeitura municipal de Limeira – de 367 bairros, loteamentos e áreas públicas da cidade, os quais serviram como *proxy* da expansão da mancha urbana.[†] No SIG foram identificados os 38 NHP criados ao longo das quatro décadas, o que permitiu visualizar onde tais unidades se situam em relação aos contornos da mancha urbana de Limeira a cada ano. O estudo indica a existência de padrões de distribuição dos núcleos compatíveis com processos de expansão e dispersão urbana nas periferias (OJIMA 2007; OJIMA 2008), os quais podem contribuir para a vulnerabilidade e para a segregação (TORRES 2003), e para o agravamento de outros problemas e desafios urbanos (ROLNIK e KLINK 2011).

Levando-se em conta as várias iniciativas públicas (federais, estaduais e municipais) na área da habitação no Brasil, o caso de Limeira/SP leva à reflexão sobre os potenciais efeitos das políticas habitacionais no processo de urbanização. Ao implantar políticas

* XVI ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - BELO HORIZONTE, 18 A 22 DE MAIO DE 2015 - Sessão Temática 7: Dinâmica imobiliária, habitação e regulação urbana.

[†] Tal representação mostra-se bastante consistente quando comparada a resultados obtidos por sensoriamento remoto (“imagens de satélite”) com a vantagem de ser um método mais direto (flexível, rápido e barato) do que o processamento de classificação das imagens (D’ANTONA et al 2012).

habitacionais, o poder público busca responder ao problema de falta de moradias no meio urbano mas pode estar contribuindo para que determinados processos de exclusão social e de desigualdade, no espaço, se perpetuem.

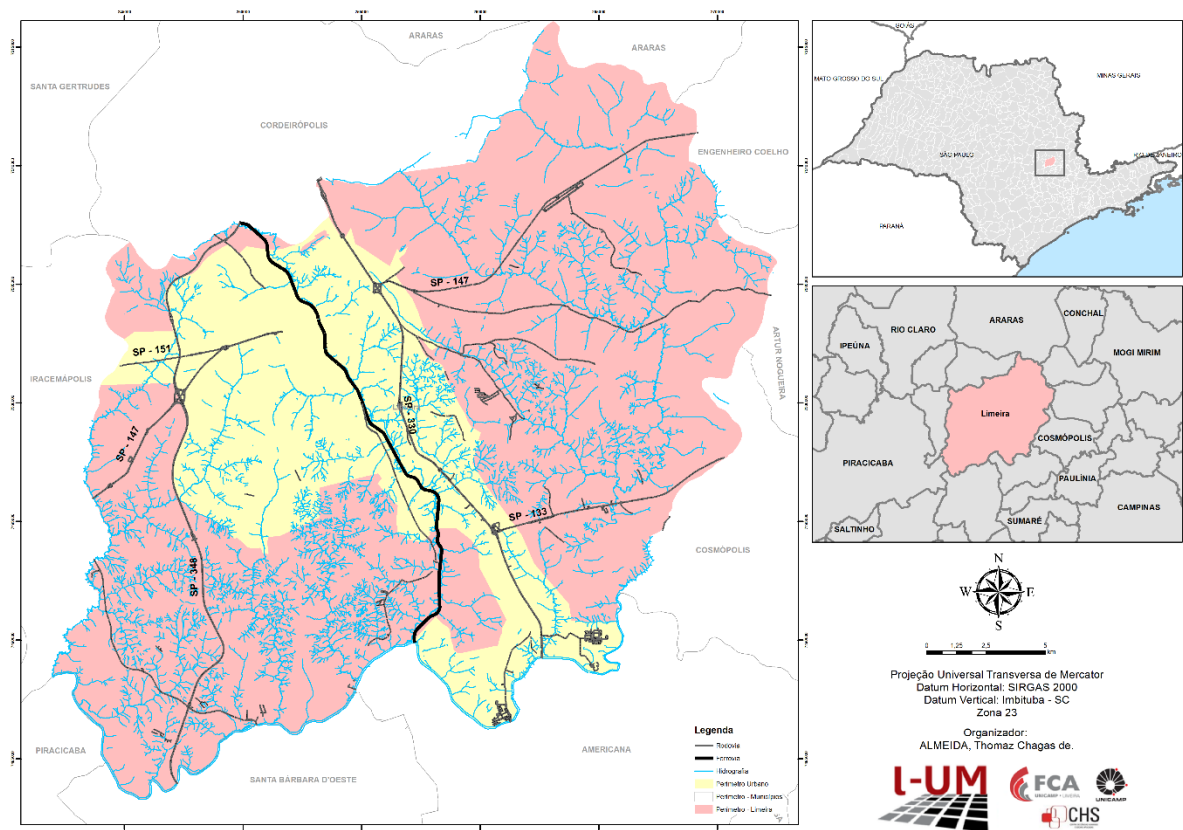


FIGURA 1: Localização do município de Limeira-SP – O município de Limeira-SP, no centro-leste do estado de São Paulo, pertence à região administrativa de Campinas. A área urbana se situa entre duas importantes rodovias que cortam o município: a SP330 (Rodovia Anhanguera) e a SP348 (Rodovia Bandeirantes).

URBANIZAÇÃO E POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

A industrialização é, em si, um fenômeno urbano em que se articulam fábricas, serviços gerais e moradias (SINGER 1980). O processo de urbanização no Brasil no século XX, concentrador e acelerado, não pode ser dissociado do crescimento econômico industrial e ao êxodo rural, sobretudo em suas primeiras fases (BRITO e PINHO 2010). A urbanização brasileira teve como traço marcante a concentração de grandes contingentes em regiões metropolitanas e em cidades maiores, com mais de 500.000 habitantes, ainda que, a partir dos anos 1980, se verifique aumento populacional em cidades menores, fora de regiões metropolitanas (BRITO e PINHO 2010; FARIA 1991).

No Estado de São Paulo, as feições da urbanização e seus efeitos associam-se à constituição de núcleos urbanos e infraestruturas decorrentes da expansão do complexo

cafeeiro, ao final do século XIX, e se relacionam com distintas etapas de industrialização (CANO 1988) que acabaram por influenciar a mobilidade e a distribuição da população (BAENINGER 2000). Segundo Baeninger et al (2010), em um primeiro momento a capital do estado assumiu importante papel; a partir dos anos 1970, outras dinâmicas se evidenciaram com a expansão das cidades em um raio de 100 km da Região Metropolitana de São Paulo e, posteriormente, com o crescimento de cidades mais para o interior do estado, conforme seus eixos rodoviários.

O processo de urbanização trouxe consigo o aumento de desigualdades espaciais e sociais no meio urbano para além do contexto metropolitano. A expansão ‘desordenada’ da mancha urbana, a precariedade de infraestruturas, a vulnerabilidade e a segregação, dentre outros aspectos, marcam negativamente as condições ambientais e a vida nas cidades. A especulação imobiliária e a escassez de opções acessíveis às populações de mais baixa renda contribuem para a ocupação de áreas inadequadas, o que agrava as condições e a vulnerabilidade urbanas (SILVA e TRAVASSOS 2008; BOTEGA 2008) com concentração de pobreza em termos espaciais (TORRES, 2003). Tal se verifica, por exemplo, na ocupação de porções sem infraestruturas e/ou “de risco”, como aquelas próximas a lixões e as sujeitas a escorregamentos e alagamentos.[‡]

Subordinado ao grande capitalismo, o setor imobiliário é organizado pelo mercado (LEFEBVRE 2001). Kowarick (1993) ressalta a importância das análises de processos econômicos e políticos de uma cidade, posto que os problemas habitacionais se caracterizam como parte da dinâmica excludente do processo de acumulação capitalista. Situada cada vez mais distante da região com serviços já constituídos, a classe trabalhadora ocupa porções geralmente ainda não incorporadas ao tecido urbano, longe do emprego, do comércio, dos serviços de saúde e de educação, ao mesmo tempo em que se definem grandes ‘vazios’ urbanos em áreas centrais e na periferia (SCHVASBERG, 2003).

Em um quadro de desigualdade com elevado déficit habitacional, cabe ao Estado a criação de políticas habitacionais. A política habitacional – com a participação de municípios, dos estados e da união – deve ser vista, portanto, como parte da política de desenvolvimento urbano, essencial para a melhoria da qualidade de vida de todos os segmentos (FAGNANI, 2005, p. 224).

[‡] A sobreposição, no meio urbano, de problemas geralmente definidos como sociais e aqueles geralmente definidos como ambientais constituiu-se em importante elemento do campo de “População e Ambiente”. Os estudos das interações entre as dimensões sociais e ambientais, de uma perspectiva interdisciplinar e com o suporte conceitual sobre vulnerabilidade e riscos, podem ser observados, por exemplo, em Alves e Torres, (2006); Hogan e Marandola (2005); Marandola e Hogan (2006); Torres (1997; 2000).

Políticas habitacionais – alguns marcos

No contexto da reflexão sobre a urbanização-industrialização no Brasil, Santos (1999) destaca a falta de políticas públicas que respondessem ao crescimento da demanda por habitação a partir dos anos de 1950. A Fundação da Casa Popular (FCP), criada em 1946, pode ser entendida como um marco de políticas habitacionais por ter sido o primeiro órgão nacional voltado à oferta de habitação popular (VILLAÇA 1986). Em 1946 (Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro), a FCP pode atuar como um órgão de política urbana, financiando também “... obras urbanísticas de abastecimento d'água, esgotos, suprimento de energia elétrica, assistência social e outras que visem à melhoria das condições de vida e bem-estar das classes trabalhadoras (...)” (AZEVEDO e ANDRADE, 2011, p. 2).

Posteriormente, o Plano Nacional de Habitação (Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964) torna-se outro marco relevante. Com a criação do Sistema Financeiro Nacional (SFH), do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (1964) inicia-se uma nova política habitacional – também entendida como uma resposta do novo regime a necessidades “das massas despertadas politicamente no Governo Goulart” (AZEVEDO e ANDRADE, 2011, p. 39). O BNH norteava a política habitacional, controlando as instituições públicas e privadas (JANCZURA e NOAL, 2011, p. 162).

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) garantiam a captação de recursos para o financiamento habitacional em duas frentes: uma para a classe média e alta (via agentes financiadores e imobiliários privados); outra, para a classe baixa, por meio de agentes públicos como as Companhias Estaduais e Municipais de Habitação (COHABS).[§] O BNH financiou moradias de pessoas de classe média alta com recursos advindos dos trabalhadores pelo FGTS, aquecendo assim o setor privado da construção civil (KOWARICK 1993).

O SFH/BNH sofreu uma grave crise nos anos 1980 causada pelo período inflacionário que contribuiu para a extinção do banco em 1986 (BOTEGA 2008). As COHABs perderam a força de investimento, enquanto a Caixa Econômica Federal passa a ser o principal agente do governo na área habitacional. Com a extinção do BNH, a área habitacional foi para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU),

[§] As COHABs foram os agentes promotores públicos dos Municípios para o “mercado popular”. Inicialmente voltavam-se ao atendimento daqueles com renda mensal de até três salários mínimos, limite que foi logo alterado para cinco salários. Para Azevedo e Andrade (2011), a ampliação do limite levou à diminuição do atendimento das pessoas que mais precisavam de moradia por não terem condições de comprovar renda para a realização de financiamentos.

posteriormente renomeado como Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES), também extinto quatro anos depois (AZEVEDO 1996).

Na década de 1990, o governo do presidente Collor aprofundou a crise habitacional apesar da criação do Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) (BOTEGA 2008). Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o setor habitacional sofreu uma forte descentralização e remanejamento dos recursos federais, fazendo com que o Estado brasileiro perdesse o posto de regulador social – abrindo o caminho para a iniciativa privada e concentrando o governo na política concessão de crédito (programa carta de crédito) ao mutuário final (JANCZURA E NOAL 2011). No final do governo FHC foi criado o Estatuto das cidades, pela lei nº 10.257/2001, estabelecendo normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo (BRASIL 2001).

A criação do Ministério das Cidades em 2003, na gestão de Lula, contribuiu para reduzir a sensação de um “vácuo institucional” para o plano nacional de habitação desde a extinção do BNH (BONDUKI 2008). O Ministério das Cidades foi criado para formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo políticas ligadas as cidades, resgatando para si as incumbências técnicas e políticas sobre os problemas urbanos das cidades brasileiros. Através da Lei nº 11.124 de 2005 instituiu-se o Conselho Nacional das Cidades e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), incluindo um fundo para esta modalidade – bases para a formulação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado no segundo semestre de 2008 (GUERRA et al., 2013).

EXPANSÃO URBANA E A DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS EM LIMEIRA-SP

Entre 1970 e 2010, a população urbana de Limeira-SP aumentou aproximadamente 3,5 vezes (passou de 77.169 habitantes para 267.785 habitantes) enquanto que a mancha urbana se expandiu cerca de seis vezes (D'ANTONA et al., 2012). Na Figura 2 há uma representação da expansão da mancha urbana tendo por base o ano de criação de cada bairro/loteamento identificado. Conforme a classificação em três períodos, destaca-se a expansão a partir do centro em direção às rodovias, primeiro em direção à Rodovia Anhanguera (a leste) e, posteriormente, em direção à Rodovia dos Bandeirantes (a oeste).

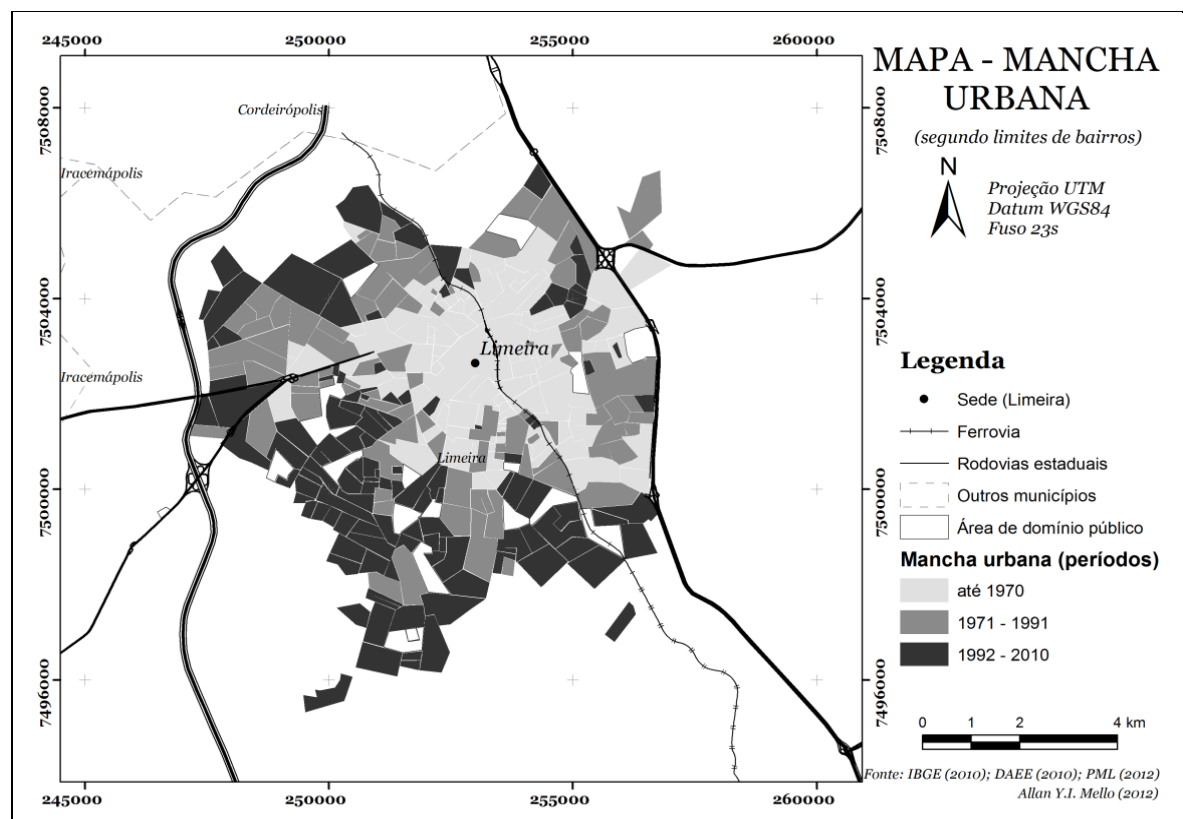


Figura 2: Expansão da mancha urbana no município de Limeira, conforme a delimitação de bairros/loteamentos, por períodos – até 1970, 1971-1991, 1992-2010 (D'ANTONA et al 2012, p. 79, Figura 3).

Além das estradas, grandes obras influenciaram a expansão urbana. Empreendimentos privados (condomínios), conjuntos habitacionais, hospitais e, mais recentemente, a instalação do campus da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/Unicamp), dentre outros exemplos, alimentam (ou retroalimentam) o mercado imobiliário e influenciam a expansão urbana. A industrialização e a especulação imobiliária no município estimularam o aumento de área urbana pela incorporação de espaços rurais (LORENZON FILHO 1982). Os interesses fabris, comerciais e econômicos, além dos loteamentos fechados, com aval do poder público a partir da lei de uso e ocupação de solo, marcam a segregação no espaço urbano de Limeira (MANFREDINI 2005).

Ao contrário do que a Figura 2 pode induzir, a expansão não se fez necessariamente de forma contínua a partir do centro, mas se dá em vários sentidos e momentos com a ocupação de porções desconectadas da mancha urbana do centro expandido. A implementação de bairros e loteamentos não contíguos à mancha urbana acaba por delimitar ‘vazios’ (porções não ocupadas) no meio do tecido urbano. Os vazios urbanos são destinados

à especulação imobiliária, posto que a implantação de infraestrutura local e pública e a ocupação do entorno levam à valorização futura das terras reservadas (MANFREDINI 2005). A descrição a seguir permite melhor perceber o surgimento de porções desconectadas e a posterior conexão destas à mancha que se estende a partir do centro de Limeira.

Distribuição dos Núcleos Habitacionais Públicos em Limeira

O SIG criado com base em mapas e dados cadastrais municipais permitiu localizar bairros e loteamentos da cidade, ao longo do tempo, e associá-los aos NHP. As informações aqui apresentadas sobre os núcleos públicos de Limeira são: seus agentes promotores, os anos de criação e a população beneficiada. A Tabela 1 contém uma síntese dos 38 NHP agregados segundo as décadas em que foram criados. A Tabela 2 agrega os NHP conforme seus agentes promotores.

Tabela 1: Núcleos Habitacionais Públicos criados por décadas

Década de criação dos NHP	Quantidade de NHP	Beneficiados (pessoas)
1960-1979	4	8.545
1980-1989	12	22.310
1990-1999	10	37.215
2000-2010	12	8.095

Fonte: Prefeitura Municipal de Limeira (2012).

Tabela 2: Núcleos Habitacionais Públicos conforme os agentes promotores

Agente Promotor	Quantidade de NHP	Beneficiados (pessoas)
COHAB	6	14.245
INOCOOP-BD/CEF	3	7.435
CEF	9	6.005
CDHU	10	32.830
PML	9	14.250
Soc. Com. de Hab. Pop.	1	1.400

Fonte: Prefeitura Municipal de Limeira (2012).

Até 1979 existiam em Limeira apenas 4 NHP, os quais beneficiaram 8.545 pessoas - o primeiro núcleo público de Limeira foi criado em 1967, o Morro Azul. Nos anos 1980 foram criados 12 NHP, patamar similar ao verificado nas décadas seguintes (10 NHP nos anos 1990; 12 NHP entre 2000-2010). No entanto, o número de beneficiados entre os anos 1990-1999 (37.215 pessoas) é expressivamente superior aos números observados nas outras décadas. A partir dos anos de 1980, com o desarranjo institucional das políticas nacionais de habitação e a incorporação do BNH pela Caixa Econômica Federal, a competência para a construção de núcleos habitacionais públicos ficaram sujeitos aos Estados e Municípios. Em Limeira não foi diferente, as aquisições de terras e desapropriações foram feitas pela PML em parceria com o CDHU, COHAB/Campinas e Bandeirante ou pela CEF.

Com relação aos agentes promotores, a CDHU, política habitacional do governo estadual, foi responsável pelo maior número de núcleos (10) e o maior número de beneficiários (32.830 pessoas), seguido por políticas habitacionais municipais dos agentes: Prefeitura Municipal de Limeira (PML) e COHAB.

Considerando a localização dos NHP em relação à mancha urbana de 2010 (FIGURA 3), e tendo como referência as circunferências concêntricas (a partir do centro, ou marco zero da cidade), nota-se que os NHP se concentram em determinados segmentos da cidade, principalmente em *buffers* mais afastados do centro, constituindo vizinhanças de NHP. Ainda que existam unidades distantes entre 3 e 4km do centro (em linha reta, conforme os *buffers*), os maiores NHP distam entre 5 e 7km. As concentrações, sobretudo nas bordas da mancha urbana, evocam as reflexões mais gerais sobre as características da urbanização, segregadora, desigual, no Brasil.

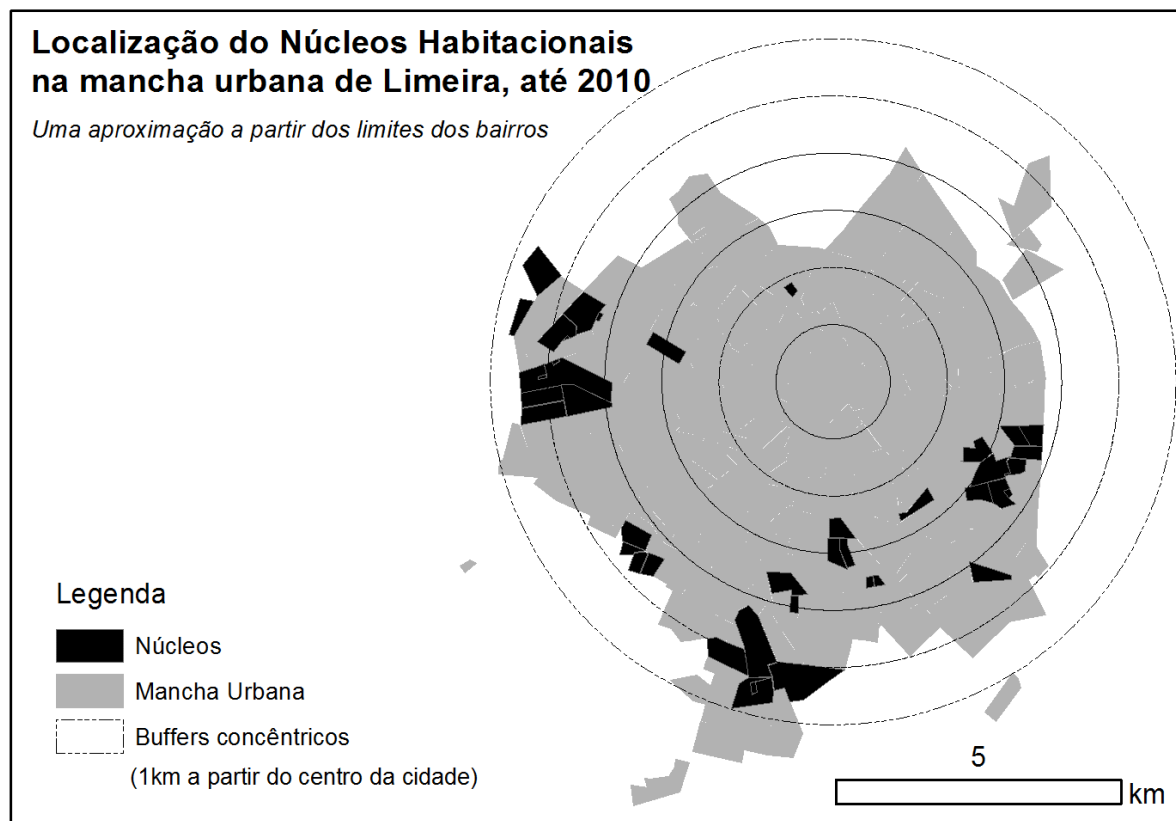


Figura 3: Localização dos NHP na cidade de Limeira-SP, 2010

A relação dos NHP com a expansão urbana fica mais evidente quando se analisa a localização dos núcleos com relação aos limites da mancha urbana ao longo do tempo. A sequência de quadros da Figura 4 permite visualizar a posição dos núcleos com relação aos limites da cidade no período correspondente ao da criação de cada NHP. Em cada quadro, em cinza claro está representada a mancha urbana constituída em períodos anteriores; em cinza escuro está representada a expansão da mancha no período em destaque no quadro; e em preto estão representados os NHP criados no período em destaque no quadro.

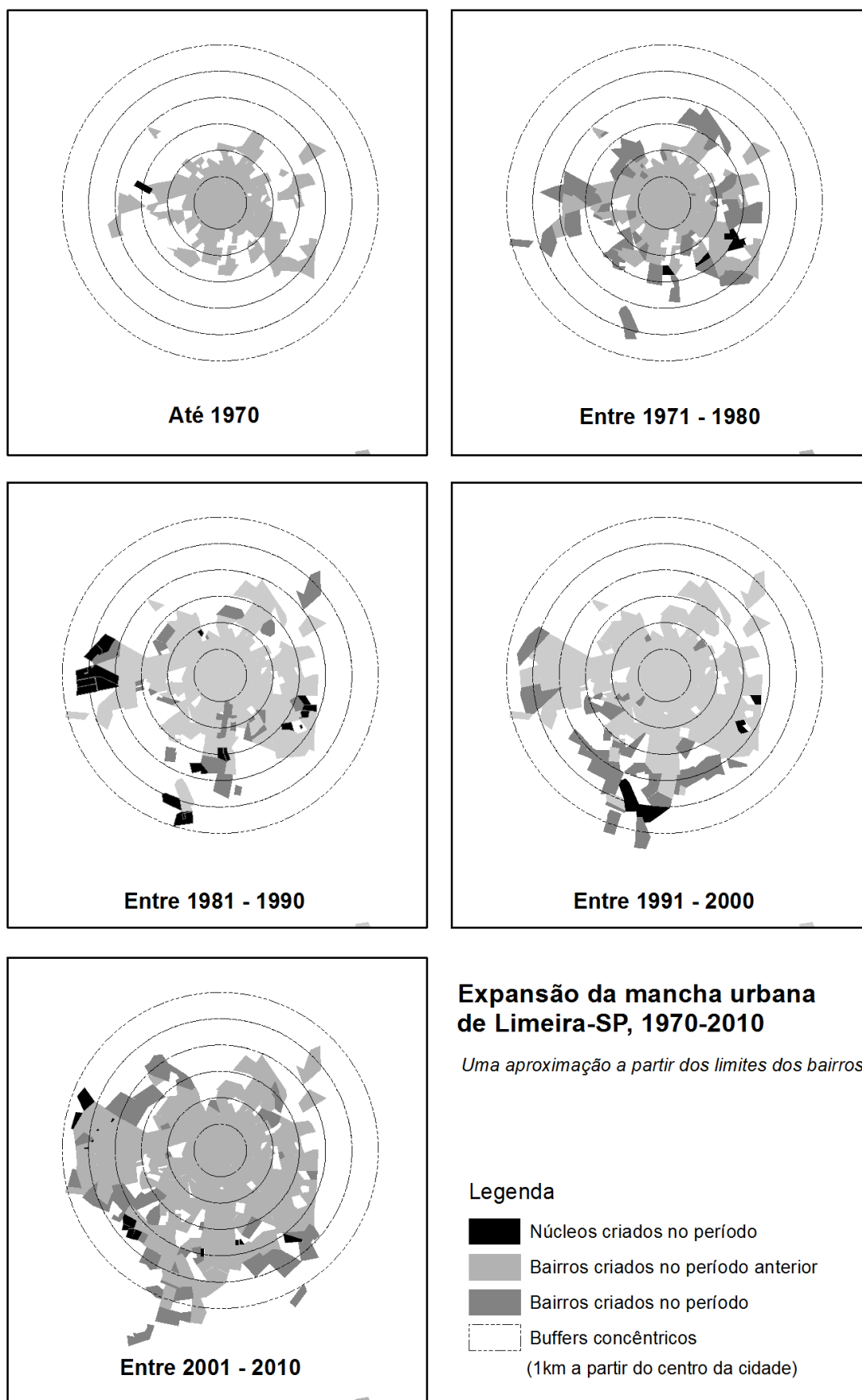


Figura 4: Expansão da mancha urbana de Limeira-SP, 1970-2010

A primeira constatação relevante é que, de modo geral, os NHP foram criados nas bordas da mancha urbana. Em algumas situações, foram criados em áreas descontínuas à mancha que se estende a partir do centro da cidade. Esses núcleos criados em porções não contíguas à mancha antecipam a orientação da expansão da cidade em momentos seguintes. Sendo assim, há evidência de que a política habitacional contribui para a conformação do urbano – não contrariando, no caso de Limeira, uma expansão predominantemente radial.

Também em função da constatação anterior, a comparação dos quadros revela a criação de espaços vazios, muitos dos quais, ao longo do tempo, são ocupados (definidos como bairros/loteamentos ou mesmo como um novo NHP) em momentos seguintes. Sendo assim, há evidência de que a política habitacional não rompe com a lógica de mercado especulativo no meio urbano. Tal constatação, concorda com o apresentado por Manfredini (2005) em sua análise sobre a dinâmica sócio espacial de Limeira.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, nota-se que a pré-existência de um NHP parece influenciar a localização de outros NHP em momentos seguintes, ou seja: a aglutinação de NHP se construiu ao longo do tempo pela aparente tendência a se criar um núcleo nas vizinhanças de núcleos já existentes. Mesmo que não tenha sido objetivo do corrente trabalho analisar as condições socioambientais dos locais onde se instalaram os NHP, cabe inferir com base na bibliografia mais geral sobre a urbanização brasileira que a aglutinação pode retroalimentar a segregação pela concentração espacial da pobreza (TORRES, 2003): os NHP tendem a ser implementados em porções menos valorizadas da cidade – tal pode se dar em função da precariedade de infraestrutura e das condições de vidas – para uma população de renda mais baixa, condicionando a ocupação futura e o investimento público ou privado.

A Figura 5 oferece uma outra aproximação: uma estimativa que permite avaliar quanto tempo um NHP se antecipa ou não a expansão da mancha urbana em direção à periferia. No gráfico, cada ponto representa um NHP tendo, no eixo horizontal, o ano de criação do NHP e no eixo vertical o resultado da diferença entre o ano de criação do NHP e a média dos anos de criação dos outros bairros e loteamentos situados no mesmo buffer que o NHP.

Uma diferença negativa indica que o núcleo foi criado antes de outros bairros e loteamento no mesmo buffer, representando a antecipação da ocupação/da expansão ali. As possíveis implicações de tal fato, com base na bibliografia geral, seriam: pouca infraestrutura, desconexão com a mancha, afastamento de serviços e de locais de trabalho,

dentre outros. Por outro lado, uma diferença positiva indica que o NHP foi criado depois de outros bairros e loteamentos no buffer – o que levaria a inferir que se instalam em porções já ocupadas e, supostamente, com maior oferta de serviços e infraestruturas.

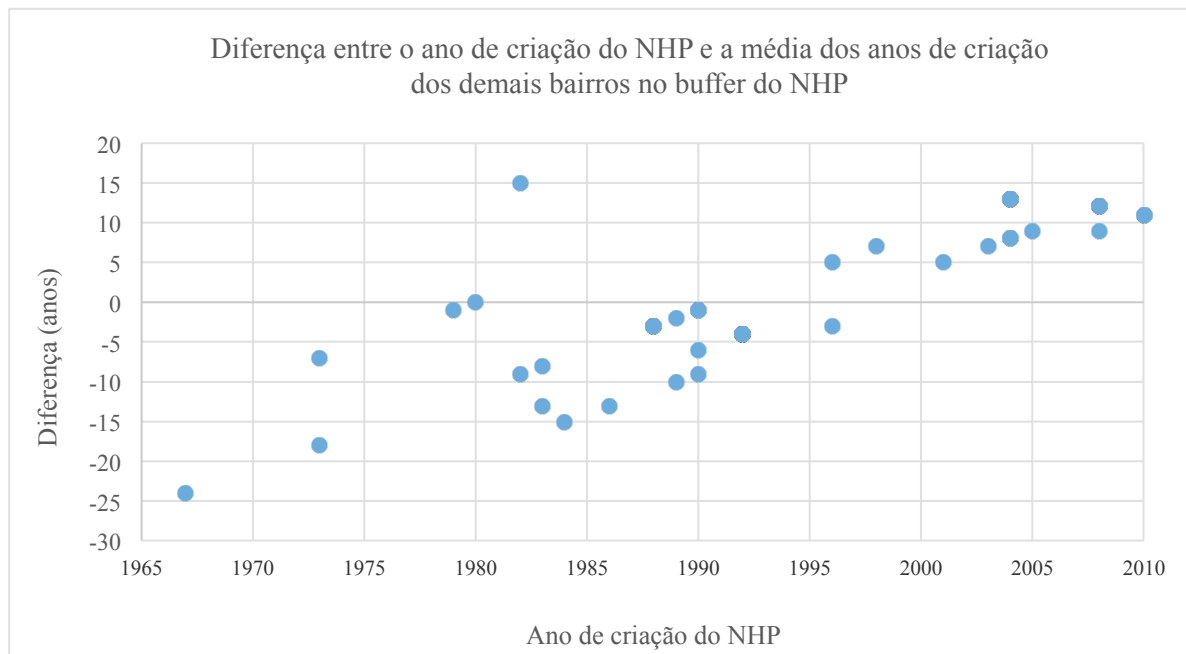


Figura 5: Diferença entre o ano de criação do NHP e a média dos anos de criação dos demais bairros no buffer do NHP.

Em articulação com as figuras anteriores, o gráfico revela a seguinte tendência: NHP mais antigos (até 1996), tendem a ter ano de criação anterior à média dos anos de criação dos outros bairros/loteamentos no mesmo buffer, salvo algumas exceções. Nos casos mais antigos, a diferença chega a ser superior a uma década, um indicativo de que os primeiros núcleos se situaram em porções pouco ocupadas. Entre os NHP mais recentes, a tendência é de se situarem em porções previamente ocupadas por outros bairros/loteamento, ou seja, mais integrado ao tecido urbano.

A diferenciação, no tempo, associa-se a alguns elementos característicos do tipo de NHP e da política habitacional de cada momento – de tal modo que o entendimento das implicações das políticas habitacionais não pode ser apartado da discussão sobre o mercado de terras e da própria trajetória da expansão urbana. O processo de verticalização e a racionalização do espaço territorial, compatível com os modelos habitacionais das políticas mais recentes, exige menores áreas para implementação. Os primeiros NHP eram formados por conjunto de casas populares, geralmente bairros formados com grande extensão territorial; entre os NHP mais recentes, predominam edifícios e conjuntos pequenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento da distribuição dos núcleos habitacionais públicos desde 1970 até 2010 no quadro da expansão urbana de Limeira-SP indica a concentração de NHP em determinadas porções do tecido urbano. Tal concentração associa-se à expansão radial da mancha urbana (com vazios) sobretudo pelo fato de os NHP se situarem geralmente nas bordas da mancha urbana. Há evidências de que as políticas habitacionais se ‘sujeitam’ a processos identificáveis a partir da bibliografia (especulação imobiliária e segregação, por exemplo), o que leva a inferir que a localização de conjuntos habitacionais públicos pode contribuir para a expressão de problemas associáveis à expansão da mancha urbana.

O caso de Limeira leva a pensar nos NHP como indutores de expansão de urbana. Ou, por outro lado, leva a pensar que a política pública habitacional aparentemente não se contrapõe a processos orientados pelo mercado imobiliário. Seja por uma perspectiva ou pela outra, as políticas habitacionais revelam-se importantes para o estudo da dinâmica imobiliária e fundiária no meio urbano.

Os estudos a partir dos resultados obtidos podem ser ampliados pela inclusão de outras variáveis (por exemplo, preço da terra, infraestruturas e serviços) ao SIG aqui utilizado. A inclusão de um grupo maior de variáveis do que as aqui apresentadas pode favorecer à aplicação de outras ferramentas para análises espaciais.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 44-60, jan./mar. 2006.

ANDRADE, L. A. G.; AZEVEDO, S. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

AZEVEDO, S. **A crise da política habitacional**: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

BAENINGER, R.. **Região, Metrôpole e Interior**: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996.. Textos Nepo, Campinas, SP, v. 35, p. 01-200, 2000.

BAENINGER, R.; DEDECÇA, C.; MONTALI, L.; TRONCOSO, E.; TELLES, S.; BALTA, C. **Polos regionais** – Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente. Campinas : Núcleo de Estudos de População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia-Unicamp, 2010. 316p. - (Por dentro do Estado de São Paulo, v.4)

BONDUKI, N. G. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 11/03/2014.

BOTEGA, L. **Política habitacional no Brasil (1930-1990)**. Revela, ano.1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/revela14/politicahabitacional.pdf>>. Acesso em: 03/09/2014.

BRASIL. **Lei nº 10.275, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRITO, F. A.; PINHO, B. A. T. D. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR – TD 464, 2012. Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>>. Acesso em: 09/09/2014.

CANO, W. **O processo de interiorização da indústria paulista**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1-3, 1988.

D'ANTONA, A.O.; MELLO, A. I.; BUENO, M. C.; RIZARDI, L.; MARCONDES, T. A expansão urbana de Limeira-SP entre 1970 e 2010. In: BAENINGER, R.; Peres, R.; D'ANTONA, A.O.; ETULAIN, C.. (Org.). **Por dentro do Estado de São Paulo**: Região de Limeira. 1ed.Campinas-SP: NEPO-Unicamp, 2012, p. 73-81.

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002)**: entre a cidadania e a caridade. Campinas. UNICAMP. (Tese de doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, 2005.

FARIA, V E. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil**: tendências e perspectivas. In: CONFERÊNCIA RESTRUTURAÇÃO URBANA: tendências e desafios. Rio de Janeiro, 1991.

GUERRA, P. LOUREIRO, M. R. MACÁRIO, V. **Democracia, arena decisórias e políticas públicas**: O Programa Minha Casa Minha Vida. IPEA, Rio de Janeiro, 2013.

HOGAN, D.J.; MARANDOLA JR. E. Towards an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. **Population, Space and Place**, n. 11, p. 455-471, 2005.

JANCZURA, R. NOAL, E. B. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, p. 157 – 169, Porto Alegre, 2011.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A editora, p.163, 2001.

LORENZON FILHO, A. V. **O uso de fotografias aéreas no estudo das transformações na organização do espaço rural de Limeira**. (Dissertação de Mestrado). UNESP, 1982.

MANFREDINI, E. A. **Ações públicas e privadas na conformação da cidade**: estudo da dinâmica sócio-espacial de Limeira – SP, 1960-2000. (Dissertação de mestrado em Engenharia Urbana). UFSCAR, 2005.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**. v. 20, p. 33-43, 2006

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007

OJIMA, R. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental. **GEOgraphia**, v. 10, n. 19, p. 46-59, jan./jun. 2008.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estud. - CEBRAP**. 2011, n.89, pp. 89-109.

SANTOS, C. H. M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. IPEA, Brasília, 1999.

SCHVASBERG, B. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

SILVA, L.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos MetrÓpole** 19 pp. 27-47 10 sem. 2008

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TORRES, H. A demografia do risco ambiental. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 53-73.

TORRES, H. G; MARQUES, E., FERREIRA, M. P., BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados** 17 (47), 2003.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.